PROJETO DE LEI Nº 4.18

Publique-se Inclua-se em

paria por Cinus se: 5:3

15 les 195

DE 1.995.

RICO 30 TRÍPOLI - Presidente

Padroniza as alíquotas do Imposto sobre Serviços

- I.S.S. - em todos os Municípios do Estado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta.

FLS. N.o. 01
PEOC. 12015

FROTOCOLO
REGISTRO GERAL LEGISL.
12015 de 19172 1995
Autuado 2 folhas
Ass.

Artigo lo - Ficam padronizadas as alí -

quotas do Imposto sobre Serviços - I.S.S. - em todos os Municípios do Estado.

Artigo 2º - O Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Fazenda determinará o percentual da alíquota a ser cobrada.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA.

Um dos maiores problemas do País é sua estrutura tributária, e o govêrno está com sérias dificuldades para definir uma reforma adequada que seja politicamente viável.

Entre todos os problemas da área tributária, um dos mais graves é o da guerra fiscal que está sendo travada em diversos níveis, prejudicando a arrecadação de todas as esferas de govêrno.

O Secretário Emerson Kapaz tem criticado e traba Ihado fortemente contra a guerra fiscal do I.C.M.S., entre os Estados, que tanto tem prejudicado o Estado de São Paulo. Entretanto, os próprios municípios paulistas estão iniciando uma disputa semelhante, prejudican do suas possibilidades de arrecadação para atrair empresas. Essa guerra é feita com isenções do I.P.T.U. e do I.S.S.

Com relação ao I.S.S., surgiram, nos ultimos anos alguns " paraisos fiscais " paulistas para empresas prestadoras de serviços, que comprometem o potencial de arrecadação desse importante tributo. Existem muitas empresas que funcionam em um município, mas estabe lecem sede (só de fachada) nesses " paraisos fiscais ", apenas para e vitar o pagamento desse importante tributo nos municípios onde operam de fato.

Parece-nos importante uma providência legal no sentido de que o Estado de São Paulo padronizasse as aliquotas do I.S.S válidas para todos os municípios, de forma a acabar com essa absurda si tuação.

Em razão dos motivos acima expostos, aguardamos o beneplácito do Egrégio Plenário, à propositura ora submetida ao exame dos meus ilustres pares.

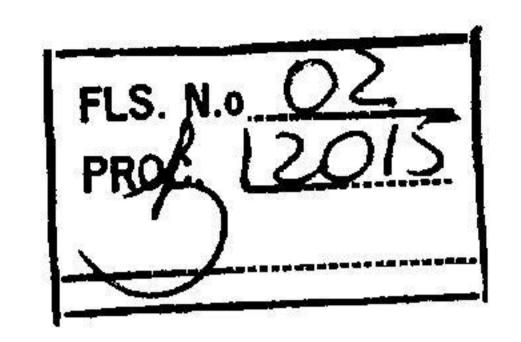
the same of the contract of the standard contract of the con-

.

(Continua.)

THE REPORT OF THE PROPERTY OF THE PARTY OF T

NTREGUE AMES.
5 MR 18 1.7 S. 06.7



Sala das Sessões, em

MIGUEL HADDAD

Deputado Estadual.

Divisão de Ordenamento Legislativo Esta proposição contêm

2 assinaturas C, 18112 11995

Chefe de Seção

THE PARTY OF THE P



The state of the second second

See 3874 93

Nos termos do Item 3, Parágrafo único do artigo 148, da VIII Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 1ª à 5ª Sessões Ordinárias (de 2 a 8 de fevereiro de 1996), não tendo recebido emendas e substitutivos.

9 0 4 10

to the total to the second of the second of the second of

D.O.L. 9 de fevereiro de 1996

Folha	03	
Proces	so 12015/95	•

A Comissione, des illough fuice e publice. il famula illume pais.	
ENTRADA	
EM 221-21-96	
CRAL	
CONSTITUTO AD ELUSTICA	
EM 22/02 96	
Secretário de Comissão	
DE CONSTITUISM E JUSTIÇA	
517186770	
An Senhor lep. Hauro Suimonto	
com prazo para devolução de com AO dias	
Presidente	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
NEDISTRICA	
	•
com prazo para Corsolpio Candido Galuão dias	*
12/106 196	

Control of the contro

Presidente

Arquive-se, nos termos do Art. 177 da IX CRI. Publique-se este Despacho.

O 8 1 abril 1 99

VANDESLEV MACRIS - Presidente

The second of th